



23 DE AGOSTO DE 2018 Quinta-feira

- CONVITE – SEMINÁRIO CANPAT 2018
- SONDAGEM INDUSTRIAL - ATIVIDADE INDUSTRIAL SEGUE EM RECUPERAÇÃO MODERADA
- ARTIGO: NO CENTRO DA ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO
- INCERTEZAS POLÍTICAS E TABELAMENTO DO FRETE ATRASAM RECUPERAÇÃO INDUSTRIAL
- RECEITA: INDÚSTRIA TEM VARIAÇÃO POSITIVA APÓS GREVE DE CAMINHONEIRO
- TABELAMENTO DO FRETE É MEDIDA EQUIVOCADA QUE JÁ PESA NO BOLSO DO CONSUMIDOR BRASILEIRO
- SETOR PRODUTIVO RECLAMA DE PREJUÍZOS COM TABELAMENTO DE FRETES
- IMPOSTO SINDICAL CAI ATÉ 91% E SINDICATOS FAZEM DEMISSÕES
- APÓS 2 VOTOS A FAVOR DE TERCEIRIZAÇÃO IRRESTRITA, JULGAMENTO NO STF É ADIADO
- RELADORES VOTAM PELA LICITUDE DE CONTRATAÇÃO EM ATIVIDADE-FIM NO JULGAMENTO SOBRE TERCEIRIZAÇÃO
- PROCESSOS TRABALHISTAS CONTRA BANCOS DESPENCAM 62% APÓS REFORMA DA CLT
- BANCÁRIOS PARAM ATENDIMENTO EM AGÊNCIA DE CURITIBA PARA SINALIZAR GREVE GERAL
- ACORDO COLETIVO NÃO É ASSINADO, E TRABALHADORES DOS CORREIOS PODEM ENTRAR EM GREVE
- JBS CONSEGUE LIMINAR PARA NÃO PAGAR TRABALHADOR POR PERÍODO EM TRANSPORTE
- COPEL BUSCA QUEBRAR RESISTÊNCIA DE EMPRESÁRIOS A MERCADO LIVRE

- INVESTIMENTO DE PESSOAS FÍSICAS EM STARTUPS CRESCE 16% EM 2017 E SE APROXIMA DE R\$ 1 BILHÃO
- EXTERIOR NÃO ALIVIA E DÓLAR VOLTA A ENCOSTAR EM R\$ 4,10
- ALTA RECENTE DO DÓLAR NÃO AFETA DECISÕES DE INVESTIMENTO, DIZ DYOGO
- ARRECADAÇÃO CRESCE 12,8% EM JULHO E É A MAIOR PARA O MÊS DESDE 2011
- IPCA-15 DE AGOSTO É O MAIS BAIXO PARA O MÊS DESDE 2010
- BANCOS DE INVESTIMENTOS SE DIVIDEM SOBRE SAÍDA DE TESLA DA BOLSA
- ANP: QUEDA NA IMPORTAÇÃO DE DIESEL NÃO PROVOCARÁ PROBLEMA DE ABASTECIMENTO

CÂMBIO EM 23/08/2018		
	Compra	Venda
Dólar	4,090	4,090
Euro	4,730	4,732

Fonte: BACEN

Convite- Seminário CANPAT 2018

23/08/2018 – SESI



CANPAT 2018
Campanha Nacional de Prevenção de Acidentes do Trabalho

CANPAT - REGIÃO SUL
Na era do eSocial

A Campanha Nacional de Prevenção de Acidentes do Trabalho (CANPAT) é uma ação que tem o objetivo de conscientizar os empregadores, funcionários e também a sociedade sobre a importância de uma cultura de prevenção de ocorrências e doenças do trabalho.

Em 2018, os temas são relacionados aos adocentimentos e às quedas com diferença de nível. O envolvimento de cada cidadão brasileiro é fundamental para alcançarmos uma cultura de prevenção no ambiente do trabalho.

Data: 30 de agosto
Horário: 08h às 16h

Local: Campus da Indústria Sistema Fiep
Avenida Manoel De Mello
Av. Comendador Franco, 1341
Jd. Botânico - Curitiba/PR

Confira o programação:
08h00 - Credenciamento
08h30 - Abertura
09h00 - Segurança e Saúde no Trabalho e o eSocial
09h40 - Intervalo
10h00 - Gestão de SST - Sesi
10h40 - Inspeção do Trabalho - Região Sul - MTB/SRTB/PR
11h30 - Debate
12h00 - Encerramento Manhã
14h00 - A Espécies do PPRA e PCMSO - MTB
14h40 - Quedas do Trabalho em Altura - MTB/SIT
15h20 - Adoecimento Ocupacional - ANAMT
16h00 - Intervalo
16h20 - Conseqüências do Acidente de Trabalho - MTB/SIT
17h00 - Debate
18h00 - Encerramento

sesipr.com.br/canpat2018

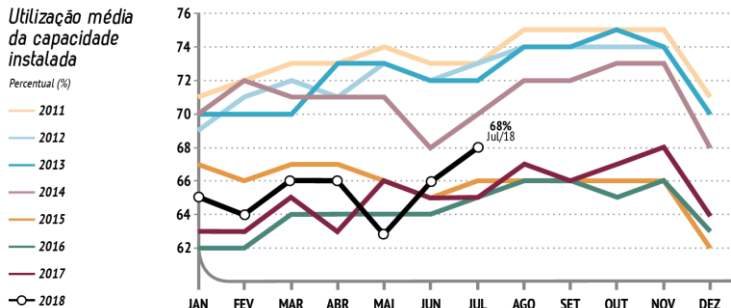
Sistema Fiep **SESI** INSPEÇÃO DO TRABALHO **SIT**

Sondagem Industrial - Atividade industrial segue em recuperação moderada

23/08/2018 – CNI

A produção industrial aumentou na passagem de junho para julho e a utilização da capacidade instalada alcançou 68% – embora ainda inferior à média para o mês, é também o maior percentual registrado em julho dos últimos quatro anos.

Julho/2018



Artigo: No centro da estratégia de desenvolvimento

23/08/2018 – CNI

Em artigo publicado no jornal Correio Braziliense, o presidente da CNI, Robson Braga de Andrade, avalia a participação da indústria nas políticas públicas de incentivo ao desenvolvimento econômico e social do país



"No mês passado, entregamos a seis dos principais postulantes a ocupar o Palácio do Planalto até 2022, ano do bicentenário da nossa independência, uma série de 43 documentos temáticos com propostas detalhadas"

A indústria brasileira tem responsabilidades com o país. Empresários e seus representantes participam ativamente do debate sobre a elaboração e a execução de políticas públicas que possam incentivar o desenvolvimento econômico e social. Nossa ação perante os poderes constituídos é legítima, levando sempre em consideração os interesses maiores da sociedade. O objetivo é retirar obstáculos ao crescimento sustentado, melhorando o ambiente de negócios e consolidando um Brasil próspero e justo para todos.

Em dois meses, vamos eleger as pessoas que governarão o Brasil pelos próximos quatro anos. O pleito de outubro é especialmente importante, porque se segue à mais grave crise econômica da história recente do país e a um período de turbulência política, que resultou na retirada constitucional de uma presidente da República. Trata-se, portanto, de um momento que exige muita reflexão dos eleitores. Escolher bem deputados estaduais e federais, senadores, governadores e o presidente é crucial para moldar o nosso futuro.

Por meio de posicionamentos públicos e de medidas concretas apresentadas ao escrutínio dos brasileiros, a Confederação Nacional da Indústria (CNI), representante maior do setor, contribui com a discussão dos rumos do país. No mês passado, entregamos a seis dos principais postulantes a ocupar o Palácio do Planalto até 2022, ano do bicentenário da nossa independência, uma série de 43 documentos temáticos com propostas detalhadas. Os candidatos expuseram seus planos e como pretendem concretizá-los a uma plateia de mais de 2 mil empresários, e ouviram sugestões.

De maneira clara e democrática, a indústria brasileira apoia as reformas imprescindíveis para a recuperação do crescimento econômico num ritmo mais vigoroso. Defendemos mudanças na legislação tributária e na previdenciária, além da consolidação da modernização trabalhista. A intenção é reduzir a burocracia, aumentar a competitividade dos nossos produtos, destravar investimentos, estimular empreendimentos e garantir segurança jurídica, sem a qual se torna extremamente penoso criar empregos e gerar riquezas.

As 43 propostas aos presidentiáveis são o desdobramento natural de vários documentos que a CNI apresenta, ao longo do ano, com os temas prioritários para a indústria nas ações dos Poderes da República. O Mapa Estratégico da Indústria 2018-2022, por exemplo, aponta o caminho para superar as deficiências que elevam custos de produção e comprometem a produtividade, como a baixa qualidade da educação e o disfuncional sistema tributário. Além disso, reforça a relevância de temas como inovação e controle de poluentes.

Estimativas demonstram os resultados efetivos que as medidas propostas no Mapa Estratégico, esmiuçadas nos documentos entregues aos presidentiáveis, teriam a médio e longo prazos. Com a adoção das ações sugeridas, o Produto Interno Bruto (PIB) calculado pela paridade de poder de compra poderia crescer, em média, 4% ao ano a partir de 2023. O PIB per capita aumentaria 3,5% anuais. A renda dos brasileiros, portanto, mais do que dobraria, passando de US\$ 14 mil em 2016 para cerca de US\$ 30 mil em 2040.

Outro exemplo de documento fundamental é a Agenda Legislativa da Indústria, que orienta as ações, sempre transparentes, do setor perante o Congresso Nacional. Em sua 23ª edição, a agenda reúne 129 propostas em discussão pelos deputados e senadores com capacidade para impulsionar ou reduzir a competitividade da economia. Nesse conjunto, 14 itens compõem uma pauta mínima, da qual constam, entre outras, a nova lei de licitações, alterações na lei das micro e pequenas empresas, e normas para o licenciamento ambiental.

Com a Agenda Jurídica da Indústria, reunimos informações sobre 99 ações de interesse no setor industrial que tramitam no Supremo Tribunal Federal (STF). Em 43 delas, a CNI é autora e, em 23, atua como *amicus curiae* (parte interessada que ajuda a Corte a conhecer o assunto e tomar sua decisão). Na Agenda Internacional da Indústria, apresentamos 98 ações para ampliar a inserção do Brasil no comércio exterior, passando pela negociação de acordos internacionais, medidas de modernização da política comercial e serviços para fortalecer a presença das empresas brasileiras fora do país.

Enfim, o Sistema Indústria atua de forma consciente, ética, competente e totalmente passível de verificação pela sociedade. De todos os setores da economia, a indústria é imprescindível, porque tem o maior efeito multiplicador ao demandar matérias-primas, serviços e tecnologia em suas cadeias de produção. É o segmento econômico que paga os melhores salários e mais contribui para a expansão da renda da população. Felizmente, os candidatos a presidente têm percebido esse fato: quando a indústria cresce, o Brasil prospera rapidamente. Por isso, a indústria deve estar no centro da estratégia de desenvolvimento do país.

Robson Braga de Andrade - presidente da CNI.

Incertezas políticas e tabelamento do frete atrasam recuperação industrial

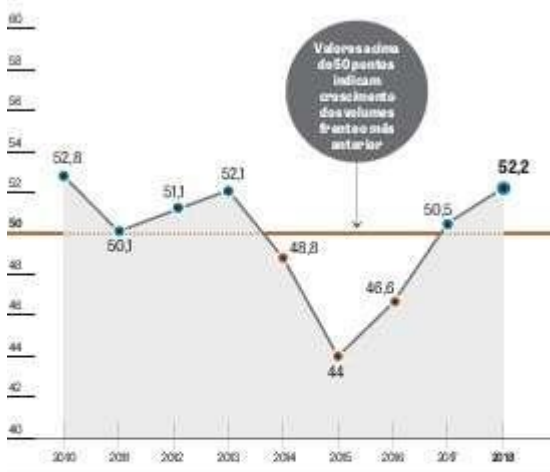
23/08/2018 – DCI

Crescimento da atividade deve ser mais lento e inferior ao esperado para este ano, destaca a CNI. No entanto, recursos do PIS/Pasep podem estimular a demanda e elevar os níveis de produção

OSCILAÇÃO

Evolução da produção industrial em julho

Empontos



Utilização da capacidade instalada e efetiva em relação ao usual em julho

Empontos

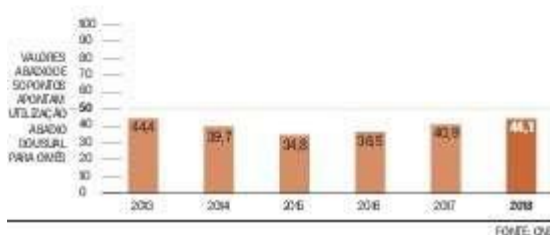


FOTO:

Marcela Caetano • São Paulo

A recuperação da atividade industrial brasileira vai levar mais tempo do que o esperado, em um cenário de forte incerteza política e de aumento de custos resultante principalmente do tabelamento do frete, avalia a Confederação Nacional da Indústria (CNI).

“O resultado de julho foi mais forte se comparado ao do ano passado. Porém, o que se desenha como cenário é uma recuperação mais lenta do que o previsto”, avalia o economista da CNI, Marcelo Azevedo. De acordo com a entidade, o índice de evolução da produção de julho registrou 52,2 pontos, acima da linha divisória de 50 pontos, o que mostra um aumento da atividade industrial na comparação com junho.

O aumento da produção reflete o incremento da utilização da capacidade instalada da indústria, que alcançou 68% em julho. O resultado é o melhor para o mês nos últimos quatro anos, entretanto, é inferior à média de 72% alcançada no período anterior à crise econômica, até 2014.

Nos últimos quatro anos, a média foi de 66%. “É uma retomada, mas há um espaço muito grande até voltar à normalidade pré-crise”, diz.

Na avaliação do professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Mauro Rochlin, é preciso levar em conta que ocorreu uma queda significativa no resultado do mês passado em razão da greve dos caminhoneiros. “Ainda não sabemos o quanto disso é uma

recuperação estrutural e o quanto é reposição de estoques para compensar a greve”, pontua.

Segundo a CNI, o índice de nível de estoque efetivo em relação ao planejado passou de 50,4 pontos, em junho, para 50,8 pontos em julho, o que indica um leve acúmulo de estoques. “Mesmo considerando que o nível de consumo esteja abaixo do habitual, a greve reduziu os estoques, exigindo a reposição e gerando o crescimento”, afirma Rochlin.

Projeções

No começo do ano, a CNI projetou um crescimento de 3% do PIB da indústria e recentemente revisou a previsão para uma alta de apenas 1,8%. “Com poucos meses pela frente, temos que moderar as nossas expectativas em relação ao desempenho do setor. Se o PIB [industrial] crescer acima de 2% já será muito”, avalia o professor da FGV.

Rochlin salienta que a liberação de valores do fundo do PIS/Pasep pelo governo federal a partir de agosto, que deve injetar R\$ 39,5 bilhões na economia, pode impulsionar a produção e o consumo, e ter um efeito parecido com a liberação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

Azevedo, da CNI, explica que há um elevado nível de incerteza causado pelo cenário eleitoral, o que favorece uma retomada mais lenta da indústria. “Essa insegurança é terrível para investimentos. Existe uma intenção nesse sentido, porém modesta”, avalia. O índice de intenção de investimentos da CNI atingiu 51 pontos em agosto, alta de 1,6 ponto em relação a julho.

Ele também pondera que, em dezembro, quando a expectativa de retomada era maior, havia uma expectativa em relação às reformas, que não foram levadas adiante.

Além disso, o economista destacou que a greve dos caminhoneiros deixou um impacto mais duradouro do que as perdas registradas em maio. “O tabelamento mínimo do frete gerou incertezas e aumento de custos das indústrias”, destaca Azevedo.

Ontem, a CNI reuniu economistas e representantes de diferentes setores em Brasília para avaliar os impactos dos preços mínimos dos fretes.

Na próxima segunda-feira (27), uma audiência pública está prevista no Supremo Tribunal Federal (STF) para discutir a medida. “O tabelamento do frete é inegavelmente inconstitucional”, afirmou o presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove), André Nassar, durante o evento.

Receita: indústria tem variação positiva após greve de caminhoneiro

23/08/2018 – Tribuna PR

O chefe do Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros, Claudemir Malaquias, explicou nesta quinta-feira, 23, que a arrecadação de julho foi impactada pelo desempenho da indústria no mês passado, em recuperação após a greve dos caminhoneiros.

“O aumento nas vendas de bens também ajudou na arrecadação de julho, bem como as vendas nos serviços”, afirmou. “Chamamos a atenção também para alta no valor em dólar nas importações”, completou.

A arrecadação de impostos e contribuições federais somou R\$ 129,615 bilhões em julho, um aumento real (já descontada a inflação) de 12,83% na comparação com o mesmo mês de 2017.

Dólar alto

Malaquias destacou também a alta de 103,95% nas receitas administradas por outros órgãos – sobretudo royalties – em relação a julho do ano passado “Também houve uma alta expressiva na arrecadação de royalties de petróleo, devido ao aumento do preço internacional do barril e à variação do dólar”, acrescentou.

Segundo o representante da Receita, o desempenho favorável de julho também foi puxado pelo melhor resultado das empresas. A arrecadação do Imposto de Renda de Pessoas Jurídicas (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) subiu 28% no mês passado.

Também contribuiu para isso a maior fiscalização da Receita em relação à compensação de créditos. De acordo com Malaquias, as empresas estavam pedindo compensações a que não tinham direito. “Houve uma atuação mais firme do Fisco em verificar os direitos creditórios, o que levou a uma redução grande nos volumes compensados pelas companhias”, completou.

Malaquias avaliou que o início do processo eleitoral, com os registros das candidaturas, retirou parte da incerteza política sobre a economia.

“O clima dos investidores e dos consumidores afeta o ambiente econômico. Com exceção do mercado financeiro, que é mais sensível ao movimento eleitoral, a economia parece estar mais descolada da política”, afirmou.

Segundo Malaquias, a abertura de 47 mil postos de trabalho em julho mostra que a economia está reagindo bem. Para o representante da Receita, já houve retomada da indústria em julho, se recuperando da greve dos caminhoneiros. “Alguns efeitos da greve foram pontuais e afetaram o faturamento das empresas. Mas não dá para dizer ainda o quanto ainda falta compensar sobre a greve”, completou.

Revisão orçamentária

O coordenador de previsão e análise da Receita Federal, Marcelo Gomide de Loures, adiantou que a equipe econômica deve incorporar a melhora da arrecadação em julho nas projeções orçamentárias deste ano.

“A arrecadação no mês de julho veio um pouco acima do que estava previsto no orçamento, por isso devemos incorporar o resultado na próxima revisão orçamentária”, afirmou Malaquias. O próximo Relatório Bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas será divulgado pelo governo até o dia 22 de setembro.

Segundo Malaquias, a Receita não tem mecanismos para avaliar efeito da volatilidade diária do mercado financeiro sobre a arrecadação de tributos. “É difícil mensurar os efeitos da bolsa na arrecadação sem olhar períodos maiores, superiores a um ano”, completou.

Tabelamento do frete é medida equivocada que já pesa no bolso do consumidor brasileiro

23/08/2018 – CNI (publicado em 22-08-2018)

Tabelamento do frete é medida equivocada que já pesa no bolso do consumidor brasileiro

No Seminário Frete sem Tabela, Brasil com Futuro, representantes da CNI e do setor produtivo alertaram para problemas que a lei do preço mínimo trouxe para a economia e para toda sociedade



Mônica Messenberg: "A criação de uma tabela é uma medida simplista e equivocada para um problema complexo, cujos impactos serão arcados, mais uma vez, pelo consumidor brasileiro"

O tabelamento dos preços do frete rodoviário trará consequências danosas e permanentes para a economia brasileira, com impacto direto no bolso do brasileiro.

Na abertura do Seminário Frete sem Tabela, Brasil com Futuro, nesta quarta-feira (22), a diretora de Relações Institucionais da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Mônica Messenberg, chamou a atenção para a necessidade de esclarecer para a sociedade os efeitos da medida. "A criação de uma tabela é uma medida simplista e equivocada para um problema complexo, cujos impactos serão arcados, mais uma vez, pelo consumidor brasileiro", disse.

Promovido com oito entidades dos setores industrial e do agronegócio, o Seminário reuniu especialistas para debater a medida pretendida como solução à greve dos caminhoneiros, ocorrida em maio. Além das distorções criadas na economia, pela definição de preços mínimos para o transporte de cargas, o evento analisou incompatibilidades da medida em relação à Constituição.

Em 10 de agosto, com a sanção da lei do tabelamento, a CNI apresentou novos elementos ao Supremo Tribunal Federal (STF) e reforçou o pedido de suspensão cautelar da norma.



Para o presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove), André Nassar, o tabelamento do frete é claramente inconstitucional

Em relação à economia, a CNI identificou que a greve dos caminhoneiros e o eventual tabelamento do frete tiveram forte impacto sobre a recuperação do crescimento, que vinha ocorrendo em ritmo menor. Segundo o Fato Econômico, divulgado em 9 de agosto, a indústria não conseguiu repor as perdas com a paralisação da categoria.

A publicação mostrou que o segundo semestre da indústria foi pior do que o primeiro e a decisão de se estabelecer em lei um preço mínimo do frete contribuiu diretamente para abalar a confiança do empresário industrial.

"Uma razão para a queda na confiança do empresário está na questão do frete mínimo, ainda não equacionada do ponto de vista judicial. Com a aprovação da lei, a adoção da medida implica não apenas em aumento de custos para as empresas – e para o

preço dos produtos – mas induz incertezas e dificuldades operacionais que afetam negativamente as expectativas dos agentes produtivos”, afirma a publicação.

PARCEIROS – Para o presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove), André Nassar, o tabelamento do frete é claramente inconstitucional e seus efeitos sobre o país não foram considerados no momento da tomada de decisão. Ele lembrou que as empresas se adaptarão à nova realidade, mas os custos adicionais decorrentes da lei serão permanentes. “Foi uma decisão descuidada”, afirmou.



Bartolomeu Braz: “O brasileiro já está pagando 12% a mais na cesta básica”

De acordo com o presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Soja (Aprosoja Brasil), Bartolomeu Braz, houve forte impacto sobre as atividades do setor rural, com paralisação de cadeias produtivas e perdas de produtos que não puderam ser transportados. Por conta dos custos adicionais do frete, afirmou, o consumidor já está pagando a conta. “O brasileiro já está pagando 12% a mais na cesta básica”, disse.

ORGANIZAÇÃO - Além da CNI, promovem o Seminário a Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne (Abiec), a Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove), a Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA), a Associação Brasileira dos Produtores de Soja (Aprosoja Brasil), a Associação Nacional dos Exportadores de Sucos Cítricos (CitrusBR), a União da Indústria de Cana-de-Açúcar (UNICA) e a Associação Brasileira das Indústrias da Alimentação (ABIA).

Setor produtivo reclama de prejuízos com tabelamento de fretes

23/08/2018 – Folha de Londrina (publicado em 22-08-2018)

Representantes de segmentos industriais e do agronegócio se reuniram nesta quarta-feira (22), em Brasília, para discutir as consequências do estabelecimento de um valor mínimo para o frete no transporte rodoviário de cargas para o setor produtivo, à economia e para os consumidores em geral.

Sem a presença de caminhoneiros ou suas lideranças, os palestrantes e participantes do seminário Frete Sem Tabela, Brasil Com Futuro se revezaram nas críticas à Medida Provisória (MP) 832, que instituiu o tabelamento dos fretes. Aprovada pelo Congresso Nacional no início de julho, a MP permitiu à Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) fixar valores mínimos a serem pagos aos caminhoneiros autônomos, conforme o tipo de carga e a distância percorrida.

Sancionada e transformada em lei pelo presidente Michel Temer em agosto, a MP atendeu a uma das reivindicações apresentadas por caminhoneiros autônomos para encerrar a greve que parou o país entre 21 e 31 de maio. Para os caminhoneiros o tabelamento do frete considera um mínimo necessário para que o motorista possa sobreviver sem precarizar o serviço e sua condição de trabalho.

Alegando não ter como arcar com o aumento de custos sem repassar as perdas aos consumidores, entidades do setor produtivo recorreram ao Poder Judiciário para tentar derrubar o tabelamento. O assunto foi parar no Supremo Tribunal Federal (STF), onde

o ministro Luiz Fux suspendeu todas as ações que tramitam em tribunais federais e agendou uma audiência pública para o próximo dia 27 de agosto, a fim de tentar chegar a um consenso.

AUMENTO DE PREÇOS

Segundo o presidente da Aprosoja Brasil (Associação Brasileira dos Produtores de Soja), Bartolomeu Braz, levantamentos apontam que o consumidor está pagando 12% mais caro pela cesta básica devido à "desastrosa política" de se tentar tabelar o valor do frete. "Isso vai trazer um prejuízo muito grande para todo o agronegócio, que está lidando com uma incerteza muito grande."

O presidente da Abiove (Associação Brasileira da Indústria de Óleos e Vegetais), André Nassar, declarou que, mesmo judicializado, o tabelamento já encareceu em 30% os custos das empresas cerealistas com frete, gerando um impacto da ordem de R\$ 4 bilhões. Além disso, muitas empresas afiliadas à entidade que, antes, retiravam a matéria-prima no campo, agora só estão a adquirindo dos produtores capazes de entregar o produto no porto ou na indústria.

"Para muitos produtores, isso é complicado. E há várias empresas que anunciaram que estão comprando seus próprios caminhões e até mesmo estruturando transportadoras para contratar elas próprias os autônomos", contou Nassar.

Outra iniciativa que, segundo ele, começa a ganhar espaço é a assinatura de contratos de longo prazo com os caminhoneiros, por valores abaixo dos tabelados. "O autônomo sabe que não é exatamente o preço de tabela, mas que terá trabalho o ano inteiro, superando o problema da sazonalidade. Vários arranjos estão sendo tentados, mas dependemos da decisão final para saber que caminho tomar com maior segurança".

A diretora de Relações Institucionais da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Mônica Messenberg, acredita que aspectos que afetam a todo o ambiente de negócio e, conseqüentemente, a vida de todos os cidadãos, estão sendo deixados de lado para atender os caminhoneiros.

"Quais os reais impactos econômicos dessa medida [tabelamento]? Quais as implicações para o setor produtivo e que distorções [a medida] pode gerar?", questionou a diretora, acrescentando que "uma decisão tão simplista [quanto fixar um valor mínimo para o frete] é incapaz de resolver um problema tão complexo e com tantas especificidades e peculiaridades".

INSEGURANÇA JURÍDICA

O custo da insegurança jurídica decorrente das incertezas também foi destacado, negativamente, pelo economista e consultor Cláudio Frischtak. "O maior dano do tabelamento não é objetivamente quantificável, pois diz respeito a danos na confiança das pessoas, a uma piora no ambiente de negócios, que já é muito ruim", disse Frischtak, argumentando que o tabelamento eleva os custos, tendendo a, ou ser repassado para os preços, ou reduzir investimentos.

Para o diretor-presidente da Associação das Empresas Cerealistas do Brasil (Acebra), Arney Antônio Frasson, os empresários tentaram convencer os poderes Executivo e Legislativo de que a opção pelo tabelamento traria problemas futuros, incluindo a judicialização do tema.

"O último lugar em que podemos buscar socorro é no poder Judiciário. Caso a lei venha a ser declarada inconstitucional, vamos ter que voltar a nos sentar com os caminhoneiros, pois o problema [do frete] existe e vai persistir.

O setor [transportadores autônomos] tem dificuldades de impor seus preços e, por isso, os valores às vezes ficam aviltados. Só que isso é um problema conjuntural, de mercado", disse Frasson, garantindo que o setor produtivo tem propostas alternativas

ao tabelamento, como a revisão da tributação que incide sobre os caminhoneiros autônomos e a autorização para os contratar diretamente.

Imposto sindical cai até 91% e sindicatos fazem demissões

23/08/2018 – Folha de Londrina (publicado em 22-08-2018)

Corte de pessoal é apenas uma das medidas tomadas pelos sindicatos para compensarem a perda de receita



Ovhanes Gava, do Sincoval: "Se não conseguirmos aumentar a arrecadação, teremos de demitir mais dois até o final do ano"

Demissões, fechamento de subsedes, vendas de espaços de lazer, novos serviços cobrados dos associados. Essas são algumas das providências tomadas por sindicatos patronais e de trabalhadores para sobreviverem após o fim da obrigatoriedade do imposto sindical. Do primeiro semestre do ano passado para o mesmo período deste ano, segundo o MTE (Ministério do Trabalho e Emprego), o montante destinado às organizações de empregados caiu 91% e às de empregadores, 74%.

De acordo com o Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), foram fechados pelo menos 110 postos de trabalho em sindicatos e entidades afins só em Londrina, de janeiro a julho.

A contribuição sindical obrigatória foi extinta pela reforma trabalhista no ano passado e, em junho, o STF (Supremo Tribunal Federal) manteve a extinção ao votar ADI (ação direta de inconstitucionalidade) sobre o tema.

O Stimmme (Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Londrina e Região) foi um dos que demitiram. A entidade cortou quatro vagas e fechou subsedes em Apucarana, Rolândia, Cornélio Procópio e Siqueira Campos. "Fechamos tudo", diz o secretário-geral, Valdir de Souza.

No Stial (Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação de Londrina), a receita caiu 60% e foi necessário demitir dois funcionários, além de colocar a chácara de lazer à venda. "Se continuar assim, teremos de demitir mais gente", diz o presidente Francisco Carlos Ferreira.

Já, no Sincoval (Sindicato do Comércio Varejista de Londrina e Região), foram seis demissões desde janeiro. "Se não conseguirmos aumentar a arrecadação, teremos de demitir mais dois até o final do ano", conta o presidente, Ovhanes Gava. Hoje, o sindicato tem seis empregados.

O Sima (Sindicato das Indústrias de Móveis de Arapongas) alega que o imposto representava uma parte menor da receita (25%). E, mesmo assim, precisou fazer uma demissão. "A maior parte da nossa receita já vinha das mensalidades das empresas", conta o presidente, Irineu Munhoz. "O sindicato já trabalhava enxuto, com poucos funcionários", complementa.

ALTERNATIVAS

Buscar novos filiados tem sido a principal medida tomada pelo sindicato dos

metalúrgicos para aumentar sua receita. São cerca de 25 mil trabalhadores na base da entidade, mas somente 3.200 filiados, que pagam R\$ 60 cada. "A saída é conscientizarmos sobre a necessidade de manter o sindicato vivo", diz Souza.

O Stial pensa em estabelecer uma contribuição por convenção ou acordo coletivo. "Uma contribuição que seja aprovada em assembleia. Se o acordo beneficia toda a categoria, é justo que todos paguem", afirma Ferreira. Ele acredita que essa seria uma saída legal. Os advogados, no entanto, divergem a respeito (leia mais nesta página).



"Se não conseguirmos aprovar a contribuição nas assembleias será a falência dos sindicatos. Não temos como sobreviver só de mensalidade de associados", alega o presidente do Stial. O sindicato tem cerca de 1.100 filiados de uma categoria total de 6 mil trabalhadores. Cada um contribui com R\$ 20.

O presidente do Sincoval diz que a entidade alugou imóveis para compensar a perda de receita. Dos quatro andares que compõem a sede principal, perto da prefeitura, dois foram destinados à locação. "Tudo isso para poder tocar o barco."

De acordo com Gava, o sindicato também tem uma reserva financeira acumulada ao longo dos anos. "Sabíamos que o imposto sindical uma hora iria acabar", justifica.

O Sincoval tem 13 mil empresas na sua base de 42 municípios, sendo que apenas 400 são associadas. Na terça-feira (21), a entidade realizou assembleia propondo uma "contribuição de custeio emergencial" somente para este ano. Para se manter no futuro, a ideia do sindicato é buscar mais sócios. "Minha meta é até o fim do ano ter 3 mil associados."

Novos serviços, como os de qualificação dos trabalhadores, também estão no radar do Sima para aumentar a filiação.

Após 2 votos a favor de terceirização irrestrita, julgamento no STF é adiado

23/08/2018 – Tribuna PR (publicado em 22-08-2018)

O Supremo Tribunal Federal (STF) deve retomar nesta quinta-feira, 23, o julgamento sobre terceirização irrestrita, que já conta com dois votos a favor de empresas poderem terceirizar todas as atividades, inclusive as chamadas atividades-fim. As posições são dos ministros Luís Roberto Barroso e Luiz Fux, relatores das duas ações em julgamento na Corte, e os únicos a se pronunciar até o momento sobre o mérito dos processos.

As ações analisadas contestam decisões da justiça do trabalho contrárias a terceirização de atividade-fim, baseadas na Súmula 331 do Tribunal Superior do Trabalho (TST). Os processos foram apresentados no STF antes das alterações legislativas de 2017, quando foram sancionadas leis (Lei da Terceirização e Reforma Trabalhista) que autorizam a terceirização irrestrita.

Segundo a votar, o ministro Luiz Fux é relator do recurso com repercussão geral sobre o tema, que deve impactar quase 4 mil processos trabalhistas suspensos aguardando a palavra do STF. "É lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do

trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas”, afirmou o ministro, declarando inconstitucionais trechos da súmula do TST que baseia as decisões na justiça contrárias à terceirização de atividade-fim.

Assim como Barroso, Fux observou que a terceirização irrestrita não tem o condão de precarizar as relações de trabalho. “As leis trabalhistas devem ser observadas. Não haverá a mínima violação aos direitos dos trabalhadores consagrados constitucionalmente”, assinalou o ministro.

Para Fux, a dicotomia entre atividade-fim e meio é “imprecisa, artificial e ignora dinâmica econômica moderna”, caracterizada pela “especialização e divisão de tarefas com vista a maior eficiência possível”.

Voto anterior ao Fux, Barroso também assinalou que é lícita a terceirização de toda e qualquer atividade-meio ou fim, não se configurando relação de emprego entre a contratante e o empregado da contratada.

O ministro também assentou em seu voto que, na terceirização, compete à contratante verificar a idoneidade e capacidade econômica da terceirizada e responder subsidiariamente pelo descumprimento das normas trabalhistas, bem como por obrigações previdenciárias.

Ações

Na semana passada, o plenário foi usado para as sustentações orais das partes dos processos. Uma das ações, relatada por Barroso, foi proposta pela Associação Brasileira do Agronegócio (Abag), que questiona decisões trabalhistas que restringem a terceirização, com base na Súmula 331 do TST. O outro processo é um recurso da Celulose Nipo Brasileira S/A – Cenibra contra acórdão da 8ª Turma do TST que manteve decisão do Tribunal Regional do Trabalho de Minas Gerais (TRT-MG), cuja posição foi pela ilicitude da terceirização da atividade-fim.

Antes dos votos de mérito, os ministros enfrentaram questões preliminares em torno da ação da Abag. Por maioria, os ministros decidiram que, mesmo após às inovações de 2017, o STF pode analisar a ação. “Padrão decisório permaneceu mesmo depois da lei”, observou Barroso.

Por outro lado, ficaram vencidos nesse aspecto os ministros Edson Fachin, Rosa Weber e Ricardo Lewandowski. Para eles, as ações deveriam ser julgadas junto dos processos novos que questionam a legislação de 2017, e estão sob relatoria de Gilmar Mendes.

Ao contra-argumentar, Barroso destacou que as ações discutem a aplicação da súmula do TST, que não foi derrubada, e “continua a demandar a manifestação do STF a respeito dos aspectos constitucionais da terceirização”. “Pedi pauta para o tema desde novembro de 2016, antes das alterações legislativas”, lembrou o ministro, destacando que a nova legislação se aplica somente aos novos contratos.

Relatores votam pela licitude de contratação em atividade-fim no julgamento sobre terceirização

23/08/2018 – STF (publicado em 22-08-2018)

Após os votos dos relatores dos dois processos que discutem o tema no Plenário, o julgamento foi suspenso e prossegue na sessão desta quinta-feira (23), com os votos dos demais ministros. O Supremo Tribunal Federal retomou nesta quarta-feira (22) o julgamento conjunto de dois processos que discutem a licitude da terceirização, com o exame das questões preliminares e os votos dos relatores.

Tanto o ministro Luís Roberto Barroso, relator da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 324, quanto o ministro Luiz Fux, relator do Recurso Extraordinário (RE) 958252, entendem que a prática é lícita em todas as etapas do processo produtivo, inclusive nas atividades-fim.



O julgamento prosseguirá na sessão desta quinta-feira (23), com os votos dos demais ministros.

Na ADPF 324, a Associação Brasileira do Agronegócio (Abag) questiona a constitucionalidade da interpretação adotada “em reiteradas decisões da Justiça do Trabalho” relativas ao tema. A entidade argumenta que as decisões que restringem a terceirização com base na Súmula 331 do Tribunal Superior do Trabalho (TST) afetam a liberdade de contratação e violam os preceitos constitucionais fundamentais da legalidade, da livre iniciativa e da valorização do trabalho.

O RE 958252, com repercussão geral reconhecida, foi interposto pela Celulose Nipo Brasileira S/A (Cenibra) contra decisão do TST que manteve a ilicitude da terceirização dos serviços de reflorestamento e afins, com entendimento de que se trata de atividade-fim. O principal objeto de questionamento é a Súmula 331 do TST, que considera ilegal a contratação de trabalhadores por empresa interposta e prevê o reconhecimento do vínculo diretamente com o tomador dos serviços, salvo no caso de trabalho temporário.

Questões preliminares

Por maioria, o Plenário rejeitou todas as questões preliminares suscitadas na ADPF 324. A primeira a ser discutida dizia respeito ao cabimento da ação, em razão de seu objeto ser um conjunto de decisões que se concentrariam num enunciado de súmula de tribunal superior. Ficaram vencidos os ministros Edson Fachin, Rosa Weber e Ricardo Lewandowski.

Em outra, alegava-se perda de objeto diante de duas leis posteriores que tornaram lícita a terceirização: a Lei 13.429/2017 (Lei da Terceirização) e a Lei 13.467/2017 (Reforma Trabalhista). O relator afastou a preliminar por entender que o padrão das decisões atacadas pela Abag permanece. “A Lei 13.467 foi publicada em 13 de julho de 2017 e, passado mais de um ano, a Súmula 331 do TST não foi revogada ou alterada para se ajustar à norma”, afirmou Barroso.

Sobre esse ponto, o ministro Edson Fachin divergiu, ressaltando que as duas leis são objeto de diversas ações diretas de inconstitucionalidade (ADIs) e de ações declaratórias de constitucionalidade (ADCs). Para ele, o julgamento deveria ser sobrestado para que o exame da matéria fosse feito em conjunto com as ações de controle concentrado. Prevaleceu, no entanto, o voto do relator, vencidos ainda a ministra Rosa Weber e o ministro Ricardo Lewandowski.

Por fim, foi questionada a legitimidade da Abag para a proposição de ADPF, por se tratar de entidade que reúne diversos segmentos de um mesmo mercado ou atividade econômica. Também ficaram vencidos os ministros Fachin, Rosa Weber e Lewandowski e a presidente do STF, ministra Cármen Lúcia.

ADPF 324

Ao votar pela procedência da ação, o ministro Roberto Barroso assinalou que a discussão em torno da terceirização “não é um debate entre progressistas e reacionários”. Trata-se, a seu ver, de encontrar um caminho para assegurar o

emprego, garantir os direitos dos trabalhadores e proporcionar o desenvolvimento econômico. “Num momento em que há 13 milhões de desempregados e 37 milhões de trabalhadores na informalidade, é preciso considerar as opções disponíveis sem preconceitos ideológicos ou apego a dogmas”, afirmou.

Barroso destacou que as relações de trabalho passam por transformações extensas e profundas em todos os países de economia aberta, e que a estrutura de produção vem sendo flexibilizada em todo o mundo.

Mais que uma forma de reduzir custos, ele acredita que o modelo mais flexível é uma estratégia essencial para a competitividade das empresas e afasta o argumento da precarização da relação de emprego, que existe “com ou sem terceirização”. O problema, a seu ver, pode ser contornado mediante as exigências já previstas em lei relativas às obrigações e à responsabilidade subsidiária dos tomadores de serviços.

Para o relator, as restrições à terceirização, da forma como vêm sendo feitas pelo conjunto de decisões da Justiça do Trabalho, violam os princípios da livre iniciativa, da livre concorrência e da segurança jurídica, “além de não ter respaldo legal”. “Respeitados os direitos mínimos nela previstos, a Constituição não impõe um modelo específico de produção e não impede modelos flexíveis”, concluiu. Seu voto foi acompanhado pelo ministro Luiz Fux, relator do RE 958252.

O ministro Barroso propôs a seguinte tese a ser adotada no julgamento da ADPF:

- 1) É lícita a terceirização de toda e qualquer atividade, meio ou fim, não se configurando relação de emprego entre a contratante e o empregado da contratada.
- 2) Na terceirização, compete à contratante verificar a idoneidade e a capacidade econômica da terceirizada e responder subsidiariamente pelo descumprimento das normas trabalhistas, bem como por obrigações previdenciárias.

RE 958252

O relator, ministro Luiz Fux, votou pelo provimento do recurso da Cenibra para reformar a decisão da Justiça do Trabalho que proibiu a terceirização. Para ele, a Súmula 331 do TST é uma intervenção imotivada na liberdade jurídica de contratar sem restrição.

Segundo o ministro, a Constituição lista num mesmo dispositivo (o inciso IV do artigo 1º) a valorização social do trabalho e a livre iniciativa como fundamentos do Estado Democrático de Direito. Os dois princípios fundamentais estão, a seu ver, intrinsecamente conectados, o que impede a maximização de apenas um deles. “É essencial para o progresso dos trabalhadores brasileiros a liberdade de organização produtiva dos cidadãos”, afirmou, ressaltando que as intervenções do poder regulatório na dinâmica da economia devem se limitar ao mínimo possível.

Luiz Fux refutou os argumentos contrários à terceirização e afirmou que as leis trabalhistas continuam a ser de observância obrigatória por todas as empresas da cadeia produtiva. “Não haverá a mínima violação a nenhum dos direitos consagrados constitucionalmente”, ressaltou.

O ministro apontou ainda diversos fatores que considera benéficos para as relações de trabalho, como o aprimoramento das tarefas pelo aprendizado especializado, a redução da complexidade organizacional, o estímulo à competição entre fornecedores externos e a maior facilidade de adaptação às necessidades de modificações estruturais.

Como tese de repercussão geral, o ministro propôs o seguinte texto:

É lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho em pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, revelando-se inconstitucionais os incisos I, III, IV e VI da Súmula 331 do TST.

O ministro Luís Roberto Barroso acompanhou o voto do relator.

23/08/2018 – Folha de S. Paulo

Menor custo com ações pode ajudar na redução dos juros; na indústria, queda é de 45%, nos serviços, 36%

O número de ações trabalhistas contra bancos despencou 62% após a reforma trabalhista. O setor financeiro foi o que registrou a maior queda percentual de novos processos depois das mudanças na CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), em novembro do ano passado.

Entre janeiro e julho deste ano, de acordo com informações do TST (Tribunal Superior do Trabalho) obtidas pela **Folha**, foram ajuizadas 15,6 mil ações contra instituições financeiras em varas trabalhistas de todo o país.

No mesmo período de 2017, o total chegou a 40,8 mil.

O grande volume de ações é apresentado pelas instituições como um dos fatores que limitam a queda na taxa de juros porque sustentam os altos spreads bancários — a diferença entre a taxa que o banco capta dinheiro no mercado e quanto cobra para emprestar para o cliente.

O litígio trabalhista entra na conta das despesas administrativas das instituições financeiras que, segundo relatório do Banco Central, representavam 16% do ICC (Indicador de Custo do Crédito) em 2017.

"Em tese, a taxa de serviço seria para equilibrar essas despesas, mas, na prática, ela não cobre tudo e sobra para o spread", diz Ricardo José de Almeida, professor do Insper.

Especialistas apontam, assim, que a queda nas ações trabalhistas teria de contribuir para uma redução no spread e, conseqüentemente, dos juros cobrados dos clientes. "Como são muitos fatores que o compõem, cada um pode contribuir para a redução", diz Vitor Velho, economista da LCA.

Ele ressalta, no entanto, que o alívio na Justiça precisa ser acompanhado de outras mudanças estruturais, como a aprovação do cadastro positivo. Segundo Velho, a medida reduziria o risco do crédito e a inadimplência, responsável por 24% do ICC. A Febraban (Federação Brasileira dos Bancos) e a Confrac-CUT (Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro) não se posicionaram sobre o assunto.

Os bancos estão entre os campeões em reclamações trabalhistas, por exemplo, no TST, a última instância da Justiça do Trabalho.

Na corte, as cinco maiores instituições do país figuram entre os 20 principais acionados pelos trabalhadores em recursos que sobem para a análise de ministros.

Segundo o advogado trabalhista Pedro Mahin, sócio do escritório Mauro Menezes Advogados, a reforma trabalhista inibiu o ajuizamento de novas ações por causa da limitação da justiça gratuita.

Antes da mudança da lei, qualquer trabalhador podia solicitar o benefício, que passava apenas pelo crivo da Justiça na chamada presunção da gratuidade.

Com a reforma, porém, só tem acesso à gratuidade o trabalhador que tenha renda de até 40% do teto do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social), o que seria hoje equivalente a R\$ 2.256,32.

Os bancários têm salários mais elevados que os de outras categorias. O piso do caixa de banco em São Paulo é de R\$ 2.962,29, por exemplo.

Advogados apontam que eles não conseguem ter acesso ao benefício da gratuidade e precisam arcar com os custos do processo, além dos honorários de advogados da outra parte, caso percam as ações.

"Os trabalhadores com salários mais altos são excluídos da justiça gratuita e desestimulados de ajuizar ação. Mas não é porque têm salários um pouco maiores que podem pagar o advogado do banco se a interpretação da Justiça não for favorável a ele", diz Mahin.

Para Cleber Venditti, sócio do escritório Mattos Filho, a cobrança dos honorários --de 5% a 15% do valor pedido na causa-- ajudou a inibir "processos aventureiros".



Faixa em banco durante a protesto de bancários em fevereiro - Rivaldo Gomes/Folhapress

Setor com o maior volume de litígios, a indústria registrou queda de 45% nos novos casos ajuizados nas varas entre janeiro e julho deste ano, na comparação com 2017. O número de ações despencou de 334,1 mil para 183,9 mil.

Segundo Luciana Nunes Freire, diretora-executiva jurídica da Fiesp (Federação das Indústrias de SP), a queda reflete a segurança jurídica que a reforma trouxe. Para ela, a legislação deixou algumas regras mais claras, como trabalho remoto e contratação de autônomos e terceirizados. Os processos contra empregadores dos setores de serviços e comércio caíram, respectivamente, 36% e 33%. Na média, a queda geral é de 37,%,

Segundo a FecomercioSP (federação do setor), a reforma contribui também ao permitir que o negociado prevaleça sobre o legislado, conferindo às negociações coletivas o papel de regular.

O presidente do Sindicato dos Comerciantes de São Paulo e da UGT (União Geral dos Trabalhadores), Ricardo Patah, diz que houve diminuição na procura de trabalhadores ao sindicato para fazer reclamações. Quando ela ocorre, a recomendação do sindicato tem sido a ação coletiva.

"Caso haja alguma violação muito grande de direito entramos com a ação individual. Mas ação coletiva protege um pouco o trabalhador, já que o ônus da derrota ficaria com o sindicato", afirma.

Bancários param atendimento em agência de Curitiba para sinalizar greve geral

23/08/2018 – Fonte: Bem Paraná

Na manhã desta quinta-feira, 23 de agosto, agências bancárias amanheceram com as atividades paralisadas em diversas regiões do país. Os atos foram iniciados na quarta (22). Em Curitiba, uma ação foi realizada no Bradesco Palácio Avenida, e no Paraná também foram realizados atos em Londrina e Umuarama.

A intenção dos trabalhadores bancários organizados pelos sindicatos filiados à Federação dos Trabalhadores em Empresas de Crédito do Paraná (FETEC-CUT-PR) é denunciar para a população os retrocessos que os banqueiros tentam impor aos bancários nas negociações de 2018.

Na última terça-feira, 21 de agosto, entre as propostas apresentadas pela Federação Nacional dos Bancos (Fenaban) estava o corte no pagamento de Participação nos Lucros para mulheres bancárias em licença-maternidade, para que recebessem a remuneração somente pelo período em que permanecessem nos locais de trabalho, ainda grávidas, cumprindo metas. Essa discriminação também previa o corte de PLR para afastados por doenças.

O Comando Nacional dos Bancários, formado por dirigentes sindicais que representam os trabalhadores nas negociações com os banqueiros, rejeitaram esses e outros itens ainda na mesa.

“A negociação continua nesta quinta-feira e se continuar travada, há possibilidade de mobilizações mais ostensivas e pode culminar num movimento de greve”, explica Junior Cesar Dias, presidente da FETEC e um dos representantes do Paraná nas negociações.



Entenda

Os bancos lucraram R\$ 77,4 bilhões em 2017, crescimento de 33,5% em relação a 2016. No primeiro semestre de 2018 os lucros recordes somaram R\$ 42 bilhões, 18% a mais do que o obtido no mesmo período de 2017.

“Os cinco maiores bancos do país, que dominam a representação da Fenaban na mesa de negociações, insistiram em uma proposta de reajuste desproporcional à lucratividade que só cresce, mesmo na crise, porque eles ganham até com essa crise que o país vive”, afirma Elias Jordão, presidente do Sindicato dos Bancários de Curitiba e região, também representante dos trabalhadores nas negociações, referindo-se a BB, Caixa, Itaú, Bradesco e Santander.

Após a aprovação da reforma trabalhista, os bancários retomaram pela primeira vez a negociação da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT), que tem abrangência nacional e é válida para os trabalhadores de todos os bancos, públicos e privados.

A assinatura do último acordo, em 2016, foi formalizada com vigência para dois anos e isso protegeu os trabalhadores no período de transição. Nas negociações de 2018, diversas garantias conquistadas nesses 26 anos de CCT nacional estão ameaçadas, especialmente pela recusa dos representantes dos banqueiros em garantir a ultratividade a partir de 01 de setembro, que era a permanência da CCT em vigência durante o período de negociação até que nova convenção seja assinada.

Paralelamente à negociação para toda a categoria, que ocorre entre a Fenaban e o Comando Nacional dos Bancários, formado por dirigentes sindicais de todo o país, são realizadas mesas de negociação em separado com os públicos Banco do Brasil e Caixa Econômica, que estabelecem um Acordo Coletivo a mais para esses trabalhadores.

As reuniões de negociação são temáticas por eixos: remuneração e igualdade de oportunidades, saúde, segurança e condições de trabalho, e emprego. Até o momento foram oito rodadas de negociação até a apresentação da primeira proposta, em 07 de agosto.

A pauta de reivindicação dos trabalhadores bancários tem como uma das prioridades a proteção ao emprego bancário e o combate às terceirizações no setor, pois a reforma trabalhista e a lei da terceirização oportunizou a substituição de trabalhadores da categoria com diversos direitos assegurados por contratações fora da abrangência da convenção, reduzindo custos para os bancos, mas também piorando consideravelmente as condições de trabalho e precarizando o atendimento à população.

Lucro líquido dos bancos – 1º semestre 2018

Itaú - R\$ 12,8 bilhões

Bradesco – R\$ 10 bilhões

Caixa – R\$ 6,6 bilhões

Banco do Brasil - R\$ 6,3 bilhões

Santander – R\$ 5,9 bilhões

Demissões no setor

Os bancos fecharam 2.846 postos de trabalho no país, entre janeiro e junho de 2018.

Em 2017, foram 17.905 postos de trabalho fechados no Brasil, com demissões sem reposição de vaga.

Juros cobrados para a população

Em 2017, as tarifas de serviços bancários ocasionaram aumento de 10% nos ganhos dos bancos na comparação com o ano anterior, somando R\$ 126,4 bilhões.

Acordo coletivo não é assinado, e trabalhadores dos Correios podem entrar em greve

23/08/2018 – Fonte: Bem Paraná (publicado em 22-08-2018)



O encontro entre a direção dos Correios e as federações dos trabalhadores para assinar o Acordo Coletivo de Trabalho (ACT 2018/2019) foi frustrado. As partes se encontraram na terça (21), no Tribunal Superior do Trabalho (TST), em Brasília, a pedido do ministro vice-presidente, o Ministro Renato de Lacerda Paiva.

Após a decisão em assembleias pela manutenção do atual texto do acordo trabalhista, a expectativa era que o acordo fosse oficializado, o que não aconteceu devido a uma manobra da Empresa, acusa a federação dos trabalhadores nos Correios.

A proposta do magistrado para evitar a deflagração da greve na semana passada, confirmada pela Empresa, era de reposição do índice cheio do INPC, de 3,61%, mais a reedição do Acordo. A mesma proposta incluía os outros itens da cláusula sobre o Plano, exceto das que tratam do custeio do Postal Saúde.

O assunto está tramitação no Tribunal, onde correm embargos impetrados pela Fentect para barrar a cobrança de mensalidade do plano. O acordo aprovado deixa a cláusula em aberto para que a definição sobre o plano viesse após a sentença aos embargos.

"Essa proposta foi amplamente divulgada pelo presidente dos Correios, Carlos Fortner, pedindo que fosse aceita. Foi aprovada pelos trabalhadores ecetistas de todo o país,

durante as assembleias do dia 14 de agosto. Na assinatura do acordo e contrariando tudo que foi dito até então, a direção dos Correios tentou sabotar o ponto de maior impacto na categoria", diz nota da federação.

Os dirigentes sindicais consideraram inaceitável assinar o Acordo nesses termos. O ministro marcou nova reunião para a próxima quarta, 29 de agosto, e comprometeu-se a tentar falar diretamente com o ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Gilberto Kassab.

A orientação das duas Federações que representam os funcionários dos Correios, é que os trabalhadores, que continuam em Estado de Greve, mantenham-se mobilizados e alertas.

"Caso a ECT insista em não cumprir com o que já havia se comprometido, a greve nacional será deflagrada. Aproveitaremos as atenções sobre a nossa categoria para trazermos à luz da opinião pública, aquilo que temos denunciado constantemente, mas que grande parte da imprensa tem omitido: todos os desmandos, esquemas e desmonte dos Correios, praticados por esses políticos golpistas que tentam implodir a maior e mais antiga estatal do país, para consolidar mais um crime lesa-pátria", afirmou secretário geral do SINTCOM-PR, Marcos Rogério Inocêncio.

JBS consegue liminar para não pagar trabalhador por período em transporte

23/08/2018 – Folha de S. Paulo

Decisão vale para dois frigoríficos em Mato Grosso e atinge 1.400 funcionários

A JBS conseguiu uma liminar para cortar o pagamento de horas "in itinere" (tempo que o trabalhador leva para se transportar até o trabalho em ônibus fretado pela empresa) para funcionários que trabalham nas plantas de Diamantino (183 km de Cuiabá) e Confresa (1.062 km).

A empresa ajuizou uma ação revisional de um TAC (Termo de Ajuste de Conduta) assinado com o Ministério Público do Trabalho de Mato Grosso. Na reforma trabalhista, foi retirada da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) a obrigação do pagamento das horas "in itinere". Com a liminar, a empresa deixou de pagar o adicional para 1.400 colaboradores.

O advogado Luiz Calixto, responsável pela área trabalhista do escritório Bichara Advogados, explica que a tutela provisória conseguida na ação é a primeira nesse sentido após a reforma trabalhista.

"A lei dizia que a hora "in itinere" era devida quando não houvesse transporte público ou fosse de difícil acesso. Com a reforma, essa previsão não existe mais. Apesar de todo mundo estar muito cuidadoso por conta da relação da Justiça com a Reforma, resolvemos entrar com a ação e com a liminar a empresa não precisa mais fazer esse pagamento. É uma decisão que pode marcar um precedente importante", explica.

A hora "in itinere" era devida a trabalhadores que morem em locais onde não haja transporte público ou ele seja de difícil acesso. Nesse caso, ou o deslocamento conta como parte da jornada de trabalho, ou seja, era descontado do tempo de trabalho o período que o trabalhador levasse para chegar na empresa ou o período era pago como hora extra.

No caso da JBS, as plantas ficam distantes até 30 minutos das cidades. É fornecido fretado até os frigoríficos. Antes da liminar, o período que o trabalhador ficava dentro do ônibus antes de começar a trabalhar e depois que saía da empresa no fretado até

chegar em casa era pago. Desde julho, quando a liminar foi concedida, a empresa não faz mais o pagamento.

Se a tutela cair, a JBS terá que pagar retroativamente os valores que deixaram de ser creditados. "Acho difícil a liminar cair porque a lei está bem clara. Ou a Justiça acata a reforma ou não", diz o advogado.

A primeira audiência do caso está marcada para 28 de agosto. A Federação dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação do Mato Grosso afirma que irá até as plantas conversar com os trabalhadores. O presidente do sindicato da região de Barra do Garça, que atende a planta de Confresa, Elton Melo Marques, afirma que o sindicato irá acompanhar a audiência. "As horas "in itinere" são muito importante para os trabalhadores. É preciso acompanhar de perto essa decisão", diz.

Procurado, o Ministério Público do Trabalho Mato Grosso não respondeu a reportagem.

Copel busca quebrar resistência de empresários a mercado livre

23/08/2018 – Folha de Londrina (publicado em 22-08-2018)

Contrato de comercialização para alta tensão permite economia de até 30% em relação ao fornecimento de energia pelo sistema cativo



No mercado livre, o valor pago pela eletricidade fica até 50% menor, mas redução na tarifa é de 15% a 30% a partir do segundo ano porque há necessidade de fazer investimentos em projetos e infraestrutura para migrar de plano

O grande consumidor de energia elétrica tem a possibilidade de economizar até 30% na fatura mensal se migrar para do mercado cativo para o livre, mas muitos empresários relutam em aderir à modalidade de comercialização negociada.

Para atrair mais adeptos e tornar a Copel Energia mais conhecida, representantes do braço da companhia paranaense estiveram na terça-feira (21) em Londrina, para apresentar a modalidade e tirar dúvidas de interessados convidados previamente, já com simulações das próprias empresas em mãos. O encontro foi no Hotel Bristol e será feito em outras cidades.

Os convites foram destinados a empresas com demanda contratada entre 500 e 3 mil quilowatts (kW), conhecidos como consumidores especiais. O público-alvo tem o direito de adquirir energia de PCHs (Pequenas Centrais Hidrelétricas) ou de fontes outras fontes incentivadas renováveis, como eólica, biomassa ou solar.

Por isso, não há incidência de bandeiras amarela e vermelha sobre a tarifa, por exemplo. Outra vantagem é que o valor da tarifa de energia e o índice de reajuste anual, como IPCA ou IGP-M, são definidos em contrato. Assim, é garantida maior previsibilidade para um importante insumo do setor produtivo nacional.

NEGOCIACÃO

Números do mercado livre



500 kW

Demanda contratada mínima de alta tensão para aderir

15% a 30%



Economia na fatura de energia

a partir do segundo ano de contrato, em relação ao cativo



30%

Da carga de todo o País é comercializada nessa modalidade

Consumidores desse mercado no País

5 mil

1 a 2

Faturas por ano de desconto é a média

Mais de

200

empresas comercializam energia no País

Fonte: Copel

Folha Arte

O superintendente de compra e venda de energia da Copel Energia, Márcilio Nagayama, afirma que desde 2010 o sistema é mais vantajoso do que o cativo. "Quem não migrou até agora é porque tem um pouco de receio de sair debaixo do chapéu da Copel Distribuição, e nós somos da própria Copel. É isso que queremos demonstrar, que dá para fazer a migração com segurança", diz.

Nagayama lembra que a tarifa regulada, do mercado cativo, é determinada pela Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) e que, dos 16% de reajuste médio aprovado para a Copel Distribuição neste ano, menos de 1% foram de custos da empresa. "A maior parte desses custos eram repasses, mas a inflação oficial ficou em 2,36% no período [12 meses]", diz.

Caso o consumidor tivesse aderido ao mercado livre, ele teria esse índice de variação sobre a tarifa de energia, ainda que a distribuição mantivesse a alta de 16%. Por isso, o valor pago pela eletricidade fica até 50% menor, mas, na tarifa, é de 15% a 30% a partir do segundo ano. Isso porque há necessidade de fazer alguns investimentos em projetos e infraestrutura para migrar de plano.

Para os interessados, é preciso se antecipar e estudar a melhor opção. A adesão deve ser feita na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) até seis meses antes de vencer o contrato com a distribuidora, que é renovado automaticamente a cada ano. E, em caso de arrependimento, o prazo legal para voltar ao mercado cativo é de cinco anos. "Esse mercado é inevitável. Cada vez mais gente vai para o mercado livre, então, ou a Copel está no mercado livre ou vai perder o consumidor para um concorrente", diz Nagayama.

Ele lembra que um projeto de lei no Congresso propõe permitir, até 2026, que todos os consumidores de alta tensão possam aderir à livre comercialização e que o Poder Executivo estude e proponha o mesmo para os residenciais, como ocorre em dezenas de países. "Existem hoje mais de duas centenas de empresas vendedoras nesse mercado e boa parte delas não tem a solidez da Copel. Precisamos dar essa segurança para o consumidor do Paraná", diz o superintendente.

Além de indústrias, o mercado livre é apropriado para hotéis, hospitais, escolas, redes de farmácia, prédios comerciais e shoppings centers. Empresas com filiais sob o mesmo CNPJ também podem somar a demanda para compor o mínimo exigido.

Investimento de pessoas físicas em startups cresce 16% em 2017 e se aproxima de R\$ 1 bilhão

23/08/2018 – Folha de S. Paulo (publicado em 22-08-2018)

O investimento-anjo, feito por pessoas físicas em startups, cresceu foi responsável por levar R\$ 984 milhões às companhias novatas de tecnologia brasileiras.

O dado, que aponta um avanço de 16% ano, foi divulgado nesta quarta (22) pela Anjos do Brasil, organização sem fins lucrativos que reúne esses investidores.

Em 2016, o crescimento foi de 9%. Também houve aumento de 16% na quantidade de investidores que fazem esse tipo de aplicação. São Segundo a Anjos do Brasil, 615 investidores do tipo no Brasil. Em média, cada um investe por ano R\$ 129 mil.

A organização aponta que mulheres representam apenas 10,1% desse grupo de investidores.

Cássio Spina, presidente da organização, atribuiu em nota o crescimento a maior segurança jurídica para quem investe nas startups que foi garantida por lei que entrou em vigor no ano passado d diminuiu os riscos de quem aplica recursos em startups, o que passou a afetar o setor no ano passado.

Antes, o investidor-anjo era considerado sócio da companhia e poderia ter de arcar com dívidas trabalhistas ou tributárias das empresas, caso elas não tivessem sucesso. Agora, ele fica fora da gestão da companhia, mas não compromete seu patrimônio em caso de insucesso das empresas, o que é comum em negócios iniciantes.



Cássio Spina, presidente da organização Anjos do Brasil (divulgação)

Além disso, os primeiros grandes casos de startups de sucesso no Brasil, entre elas a 99 (vendida para a Chinesa Didi Chuxing após ser avaliada em US\$ 1 bilhão, cerca de R\$ 4 bilhões) e da empresa Nubank, que acumula grande volume de recursos aplicados, atrai mais investidores para o mercado, afirma Spina.

Outro ponto positivo destacado pela associação é a manutenção dos juros básicos da economia em 6,5% ao ano, patamar mais baixo do que nos últimos anos (em 2015, ela chegou a 14,25% ao ano).

A taxa menor leva à diminuição dos retornos da renda fixa, e, com isso, aumenta as chances de investidores apostarem em startups, uma opção mais arriscada, mas com potencial de retorno alto em caso de sucesso.

Exterior não alivia e dólar volta a encostar em R\$ 4,10

23/08/2018 – Folha de S. Paulo

Guerra comercial entre EUA e China intensificaram viés de alta por cenário eleitoral

Após chegar a cair para R\$ 4,042, o dólar firmou trajetória de alta ante o real nesta quinta-feira (23), puxado, desta vez, pelo cenário externo com Estados Unidos e China impondo nova rodada de tarifas comerciais entre si.

Às 13h (horário de Brasília), o dólar comercial avançava 0,83%, para R\$ 4,091. Na máxima até o momento, bateu R\$ 4,096.

A moeda americana —que já subiu de patamar em meio a especulações eleitorais do mercado e bateu R\$ 4 nesta semana pela primeira vez em mais de dois anos— caminha para emendar o sétimo pregão de ganhos em relação ao real.

Os EUA e a China adotaram tarifas de 25% sobre US\$ 16 bilhões (R\$ 64,8 bilhões) em mercadorias um do outro, apesar de autoridades de ambos os lados terem retomado negociações em Washington.

A notícia aumentou a aversão a risco no mundo. Todas as 31 principais divisas globais perdiam para a moeda americana.

O real, no entanto, liderava a desvalorização, com o mau humor externo acentuado por investidores digerindo informações eleitorais dos últimos dias.

Uma bateria de pesquisas de intenção de votos mostrou que o candidato à Presidência Geraldo Alckmin (PSDB) —preferido pelo mercado por ser visto como um nome mais reformista—, continuava sem ganhar tração expressiva. Além disso, investidores passaram a precificar a possibilidade de um candidato do PT chegar ao segundo turno, algo até então não previsto por eles.

"O investidor corrige um pouco, mas não quer ficar vendido (aposta na queda do dólar) em dólar. Não há muito espaço para realização maior com as notícias atuais", afirmou o diretor da consultoria de valores mobiliários Wagner Investimentos, José Faria Júnior.

Operadores do mercado apontam que o Banco Central não deve atuar de forma mais acentuada no câmbio, como chegou a fazer no primeiro semestre, porque o entendimento da autoridade monetária seria que não há falta de liquidez no mercado, nem fuga de capital, mas sim um movimento compatível com instabilidades de período eleitoral e, no contexto global, em linha com outros países emergentes.

No sentido contrário, a Bolsa brasileira, que oscilava entre leves altas e baixas no início dos negócios, consolidou-se no campo negativo. O Ibovespa, índice que reúne as ações mais negociadas por aqui, caía 1,04%, a 76.100,34 pontos. Lá fora, as principais Bolsas da Europa operam no vermelho. Nos EUA, o Dow Jones cai 0,42%, enquanto o S&P 500 perde 0,17%.

Alta recente do dólar não afeta decisões de investimento, diz Dyogo

23/08/2018 – Tribuna PR

A alta recente do dólar se deve à "volatilidade de curtíssimo" prazo e não deverá afetar decisões de longo prazo sobre investimentos, disse nesta quinta-feira, 23, o presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Dyogo Oliveira.

Por isso, o executivo não crê que a alta do dólar afetará as perspectivas de liberações de crédito do banco.

Segundo Oliveira, os desembolsos para empréstimos já aprovados somaram cerca de R\$ 33 bilhões de janeiro a julho, sendo que as consultas por pedidos de crédito e os enquadramentos de pedidos para análise subiram 4% e 18%, respectivamente.

Com isso, o BNDES mantém a expectativa de liberar de R\$ 70 bilhões a R\$ 80 bilhões neste ano. Ano passado, os desembolsos somaram R\$ 70,751 bilhões.

Ainda sobre o dólar, Oliveira não crê que a alta recente na cotação da moeda americana vá aumentar a demanda de investidores em infraestrutura por mecanismos de proteção contra o risco cambial. Segundo o presidente do BNDES, as medidas serão adotadas, mas, pelas condições atuais, é mais vantajoso para os investidores captarem no mercado local do que no exterior.

Arrecadação cresce 12,8% em julho e é a maior para o mês desde 2011

23/08/2018 – Folha de S. Paulo

De janeiro a julho, resultado deste ano é o melhor desde 2014

A arrecadação federal somou R\$ 129,6 bilhões em julho, uma alta real (descontada a inflação) de 12,8% na comparação com igual mês do ano passado. O resultado é o melhor para o mês desde 2011.

Os dados foram divulgados nesta quinta-feira (23) pela Receita Federal. Em julho, o crescimento ante igual mês do ano anterior foi o maior registrado neste ano. Antes disso, a alta real havia superado o patamar de 10% apenas em janeiro e fevereiro.

O pior resultado, por outro lado, ocorreu em junho. Afetada pela paralisação dos caminhoneiros e pela queda na taxa de juros, a arrecadação federal cresceu 2% na comparação com junho de 2017. O ritmo de alta havia caído em relação aos meses anteriores, que vinham registrando crescimentos acima de 5%.

No acumulado de janeiro a julho, as receitas somam R\$ 843,8 bilhões, alta de 7,7% na comparação com o mesmo período de 2017. O resultado é o melhor para o período desde 2014.

Um dos fatores que explicam o desempenho do mês de julho é a arrecadação de imposto de renda da pessoa jurídica e CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido), que somou R\$ 24,2 bilhões e cresceu 28% na comparação com julho de 2017.

"Esse acréscimo decorre da melhora do resultado das empresas, que estão tendo perspectiva de recuperação. Além disso, tivemos redução significativa dos valores compensados", afirmou o chefe do Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros, Claudemir Malaquias.

As compensações podem ser feitas pelas empresas que desejam quitar tributos federais com créditos que têm com a Fazenda Nacional.

"A Receita intensificou trabalho e tornou mais célere a verificação de direitos creditórios. Muitos postulam, mas com base em direitos creditórios inexistentes", disse Malaquias, ao explicar a redução dessas compensações.

Outro fator que explica a alta do recolhimento de tributos em julho é o aumento do PIS/Cofins sobre combustíveis ocorrido no segundo semestre do ano passado. Em

julho, a arrecadação desse tributo dobrou em relação a igual mês de 2017 e somou R\$ 2,5 bilhões

A arrecadação de tributos também é afetada pela alta do dólar, já que alguns são calculados a partir do valor da transação em reais, como o IPI sobre importação. Mesmo com o resultado positivo em julho, Malaquias diz que ainda não é possível prever os efeitos do movimento de paralisação dos caminhoneiros nos próximos meses.

"Os efeitos do movimento de maio vão se dissipar ao longo do ano. O fato é que não podemos prever o quanto isso afetará o resto do ano", disse.

Em relação às eleições, Malaquias fez uma avaliação de que o nível de incerteza diminuiu após o processo de registro de candidaturas.

"O início do processo [registro de candidaturas] contribui para afastar processo de incerteza. [...] A confiança de consumidores e investidores depende do clima de confiança", disse.

Ao ser questionado sobre o nível de incerteza que ainda existe em relação ao resultado das eleições em outubro, ele respondeu: "À exceção do mercado financeiro, que é mais sensível, a economia tende a descolar desse movimento".

IPCA-15 de agosto é o mais baixo para o mês desde 2010

23/08/2018 – Tribuna PR

A alta de 0,13% registrada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15 (IPCA-15) em agosto foi a menor para o mês desde 2010, quando houve deflação de 0,05%, informou o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Como resultado, a taxa acumulada em 12 meses caiu de 4,53% em julho para 4,30% em agosto. Em agosto do ano passado, a taxa do IPCA-15 foi de 0,35%.

O aumento nas despesas das famílias com habitação e saúde impediram que a inflação medida pelo IPCA-15 fosse mais baixa em agosto. Os gastos com Habitação passaram de alta de 1,99% em julho para 1,10% em agosto. Enquanto as despesas com Saúde e cuidados pessoais saíram de uma queda de 0,08% para alta de 0,55% no mesmo período, sob pressão do aumento de 0,81% no plano de saúde. Juntos, os dois grupos contribuíram com 0,24 ponto porcentual para a inflação do mês.

Dois grupos registraram deflação em agosto: Transportes (-0,87%) e Vestuário (-0,39%). A queda de preços nos Transportes ajudou a conter inflação do mês em -0,16 ponto porcentual.

O grupo Alimentação e bebidas saiu de um avanço de 0,61% em julho para alta de apenas 0,03% em agosto. Os gastos com Comunicação subiram 0,02% no mês. Os demais aumentos ocorreram em Educação (0,23%), Despesas pessoais (0,32%) e Artigos de residência (0,54%).

Energia elétrica

A conta de luz mais cara pesou na inflação de agosto medida IPCA-15). A energia elétrica subiu 3,59%, o maior impacto individual sobre a inflação do mês, o equivalente a uma contribuição de 0,14 ponto porcentual sobre a taxa de 0,13% registrada pelo IPCA-15. Os destaques foram os reajustes de 15,84% em uma das concessionárias pesquisadas em São Paulo e de 12% em Belém.

As famílias também pagaram mais pela taxa de água e esgoto, com alta de 0,62%, em razão de reajustes no Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Goiânia e Porto Alegre.

O gás encanado subiu 0,53%, como reflexo do reajuste de 2,52% ocorrido nas tarifas do Rio de Janeiro a partir de 1º de agosto.

O grupo Habitação desacelerou o ritmo de aumento, passando de uma alta de 1,99% em julho para 1,10% em agosto. O grupo, porém, ainda foi o de maior impacto sobre a inflação, contribuindo com 0,17 ponto porcentual para a taxa de 0,13% do IPCA-15 de agosto.

Alimentação

Os gastos com Alimentação e bebidas passaram de um aumento de 0,61% em julho para elevação de 0,03% em agosto. O custo da alimentação no domicílio passou de um aumento de 0,74% em julho para uma queda de 0,43% em agosto.

Alguns itens importantes no orçamento das famílias ficaram mais baratos este mês, como a cebola (-29,72%), tomate (-16,41%) e batata-inglesa (-15,49%). Os preços das carnes recuaram 1,39%, enquanto os das frutas diminuíram 1,97%.

Por outro lado, os consumidores pagaram mais pelo leite longa vida, com alta de 3,58% e contribuição de 0,04 ponto porcentual para o IPCA-15 de agosto, pelo arroz (2,11%) e pelo pão francês (1,34%).

Já a alimentação fora de casa passou de um aumento de 0,38% em julho para elevação de 0,84% em agosto. Os destaques foram os aumentos no lanche (1,63%) e na refeição fora de casa (0,67%).

Transportes

A queda nos gastos das famílias com transportes ajudou a desacelerar a inflação de agosto medida pelo IPCA-15. Os custos dos Transportes saíram de uma elevação de 0,79% em julho para deflação de 0,87% em agosto.

As passagens aéreas ficaram 26,01% mais baratas em julho, principal impacto negativo sobre o IPCA-15 do mês, o equivalente a uma contribuição de -0,10 ponto porcentual para a taxa de 0,13% de inflação em agosto.

Os preços dos combustíveis recuaram 1,32%, com reduções no etanol (-5,80%), óleo diesel (-0,50%) e gasolina (-0,40%).

O maior avanço de preços foi do item ônibus interestadual (4,64%), devido ao reajuste médio de 10,14% nas passagens em vigor desde o dia 2 de julho.

Bancos de investimentos se dividem sobre saída de Tesla da Bolsa

23/08/2018 – Folha de S. Paulo (publicado em 22-08-2018)

Nenhuma empresa do porte da companhia de Musk teve seu capital fechado, em vez de ser adquirida por uma empresa maior

A avaliação pelo presidente-executivo da Tesla, Elon Musk, de um negócio de US\$ 72 bilhões (R\$ 292 bilhões) para fechar o capital da montadora de carros elétricos está apresentando um dilema para os bancos de investimentos: ignorar as preocupações sobre a viabilidade do negócio ou se arriscar a perder o que pode ser a maior e mais importante aquisição de alto perfil deste ano.

Musk não apenas pegou investidores e analistas desprevenidos no início do mês, ao anunciar no Twitter que estava considerando fechar o capital da fabricante de carros elétricos dos Estados Unidos. Ele também chacoalhou o mundo dos bancos de investimento, que reagiu às notícias com entusiasmo e perplexidade.

Isso ocorre porque nenhuma empresa do tamanho da Tesla teve seu capital fechado por investidores financeiros, como Musk sugeriu, em vez de ser adquirida por uma empresa maior. Além disso, o método padrão de fazer isso, sobrecarregar a empresa com dívidas na chamada compra alavancada, não é uma opção para a Tesla, uma vez que tem uma dívida de cerca de R\$ 11 bilhões e não está fazendo dinheiro. A Tesla registrou prejuízo operacional de US\$ 1,6 bilhão (R\$ 6,4 bilhões) no ano passado.

O debate sobre a viabilidade do acordo polarizou os banqueiros. Durante uma teleconferência realizada em um banco de investimentos na semana passada, a discussão sobre se o acordo representava uma grande oportunidade ou uma tolice acabou em gritaria, segundo executivo de um banco que forneceu os detalhes sob a condição de que seu nome e do banco fossem mantidos em sigilo.

"Dado o tamanho de um acordo, a capacidade de endividamento e o fluxo de caixa da empresa, os banqueiros parecem igualmente preocupados com o fato de o acordo acontecer em breve", disse Stefan Selig, ex-executivo do Bank of America e fundador da firma de assessoramento financeiro e estratégico BridgePark Advisors LLC, que não está envolvida no negócio.

Os banqueiros que desejam assessorar o negócio estão cortejando Musk e o comitê especial do conselho da Tesla, que irá considerar de forma independente os méritos da oferta esperada de Musk.

Trabalhar para Musk também pode implicar risco para a reputação, já que a SEC (Comissão de Valores Mobiliários, órgão regulador dos mercados dos EUA), está investigando a precisão da afirmação de Musk no Twitter de que o financiamento da operação estava garantido, disseram fontes.

No entanto, muitos banqueiros disseram que isso não seria um impedimento, dada a magnitude do possível acordo.

Musk, que detém cerca de 20% da Tesla, disse em um post em um blog na semana passada que o tamanho efetivo do acordo seria muito menor do que a avaliação de US\$ 72 bilhões (R\$ 292 bilhões) da oferta, porque, segundo sua estimativa, dois terços dos acionistas da empresa devem escolher a opção de "rolar" suas participações e continuar como investidores da empresa de capital fechado, em vez de embolsar os ganhos.

Musk também disse que o fundo soberano da Arábia Saudita, que se tornou acionista da Tesla no início deste ano, com participação de apenas 5%, poderia ajudá-lo a financiar a parte em dinheiro do negócio.

ANP: queda na importação de diesel não provocará problema de abastecimento

23/08/2018 – DCI (publicado em 22-08-2018)

O diretor geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), Décio Oddone, informou nesta quarta-feira, 22, que a importação de diesel caiu no País por conta da greve dos caminhoneiros, que levou o governo a subsidiar o diesel para os importadores, entre eles a Petrobras.

Ele não soube informar o volume, mas observou que não haverá problema de abastecimento do combustível no País, porque a Petrobras aumentou a carga de suas refinarias. Ele não quis comentar, no entanto, o impacto que a saída de operação da maior unidade da empresa, a Refinaria de Paulínia, terá no mercado.

Uma unidade da refinaria da estatal, localizada no Estado de São Paulo, explodiu esta semana e ainda não tem prazo para voltar ao mercado. Empregados da empresa

ligados aos sindicatos informaram ao Broadcast, serviço de notícias em tempo real do Grupo Estado, que levaria pelo menos 60 dias, mas a empresa não confirma o prazo, que ainda está sendo avaliado. A previsão, porém, ficaria abaixo desse tempo, segundo uma fonte próxima ao assunto.

Oddone afirmou que a subvenção ao preço do diesel é temporária e que provavelmente o mercado deve se normalizar após seu término. "A subvenção é só até o final do ano, em um primeiro momento é normal reduzir a importação", avaliou.